

JOAQUIM NABUCO, UMA LUZ BRASILEIRA EM WASHINGTON

Bruno Gonçalves Rosi¹

Durante a maior parte do século XIX, o Brasil e os Estados Unidos (EUA) estavam predominantemente afastados um do outro. Após sua independência em 1822, o Brasil dedicou-se à tarefa de obter o reconhecimento diplomático de outras nações. Apesar de os Estados Unidos serem o primeiro país a conceder o reconhecimento diplomático para a nação sul-americana, era claro naquele tempo que os líderes daquele novo país pouco valorizaram o reconhecimento da nação do norte, em sua avaliação meramente uma república, de pouca expressão além de jovem. Embora o Brasil tenha sido o primeiro país a formalmente reconhecer a Doutrina Monroe e mesmo propor um tratado permanente com os EUA nele baseado, o reconhecimento diplomático da Inglaterra parecia muito mais importante para os líderes do novo Império na América do Sul. Além disso, os Estados Unidos tinham como suas prioridades a expansão para o oeste e evitar as armadilhas da diplomacia europeia. Com isso em mente, o Brasil certamente não estava no topo da lista estadunidense de prioridades de política externa.

A imagem de relativo distanciamento descrita acima começou a mudar na segunda metade do século XIX. Diversos mal-entendidos diplomáticos levaram ao gradual afastamento entre Brasil e Inglaterra. Ao mesmo tempo, os EUA emergiram de sua Guerra Civil como um país mais unido, mais forte e de alto crescimento, mais disposto a se engajar diplomaticamente no mundo. As exportações de café brasileiro encontraram um forte mercado consumidor nos Estados Unidos e, gradualmente, a nação do norte ganhou o espaço anteriormente ocupado pela Inglaterra na política externa do Império. Entretanto, isso não significou uma mudança oficial no paradigma de política

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Professor Assistente na Universidade Candido Mendes.

externa dos dois países. Essa mudança viria somente após a proclamação da República no Brasil.

Apesar de a primeira década da república brasileira ter sido bastante tumultuada, o novo regime atingiu certa estabilidade com as presidências de Campos Sales e Rodrigues Alves. Parte desta estabilidade foi na política externa: em 1902 Rodrigues Alves convidou José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão de Rio Branco, para encabeçar o Ministério de Relações Exteriores. Naquele tempo, o Barão já era uma pessoa extremamente popular no Brasil e com profunda experiência em política externa. As contribuições do Barão para a política externa brasileira foram muitas, mas o principal foi a adoção de um novo paradigma de política externa. Seguindo a tendência das décadas anteriores, o Barão consolidou a centralidade dos Estados Unidos na política externa brasileira em um paradigma chamado Americanismo. Um gesto central para a adoção de tal paradigma foi a elevação da representação diplomática do Brasil em Washington ao nível de embaixada. Como primeiro embaixador brasileiro nos Estados Unidos, o Barão escolheu ninguém menos que Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo.

Em geral, Nabuco é lembrado mais pela sua luta contra a escravidão e pela sua carreira literária do que pelo seu desempenho diplomático em Washington. Quando convocado pelo Barão para ocupar a nova posição ele já tinha extensa experiência política, principalmente na campanha abolicionista. Com a proclamação da República, Nabuco impôs-se um tipo de exílio, afastando-se da vida pública. Nesse período, ele fundou a Academia Brasileira de Letras e escreveu alguns dos maiores clássicos da historiografia brasileira. Com esses feitos, seus anos em Washington podem parecer de menor importância, até por estar sob o comando do Barão. Minha interpretação é que nada poderia estar mais longe da verdade.

O objetivo deste texto é examinar o trabalho diplomático de Joaquim Nabuco como embaixador em Washington, entre 1905 e 1910. Embora convocado pelo Barão para assumir a posição de embaixador, Nabuco havia chegado a uma conclusão muito similar à do Barão independentemente: o Brasil deveria privilegiar os Estados Unidos em sua política externa. Não obstante, o Americanismo de Joaquim Nabuco tinha características peculiares, que a distinguiam do Americanismo do Barão. Tal vertente tinha predominantemente características práticas, buscando o “interesse nacional” do Brasil, como o Barão as percebia. Nabuco viu na abordagem com os EUA a possibilidade de construir algo maior, que serviria para mais do que os interesses brasileiros. Neste sentido, ele defendia um liberalismo ideológico mais amplo que o Barão. Minha interpretação é que esse liberalismo já estava presente em Nabuco em sua trajetória política anterior, e neste caminho há uma coesão entre

o Nabuco abolicionista, o Nabuco historiador e o Nabuco diplomata. A contribuição diplomática de Joaquim Nabuco tinha o potencial de transformar o que era entendido como relações internacionais, algo que a contribuição do Barão – atrelada a um paradigma realista cético – não tinha.

Com esse objetivo em mente, esse texto começa com uma breve revisão da biografia de Joaquim Nabuco. Ainda que ele seja um personagem bem conhecido dos historiadores brasileiros, eu visito seus primeiros anos, sua carreira política no Partido Liberal sua campanha abolicionista, sua carreira intelectual e, finalmente, sua entrada na diplomacia. O máximo possível o texto segue uma estrutura cronológica, mas o objetivo é observar a coesão nas ideias de Nabuco que o guiaram a propor a construção de um novo modelo de política internacional para a abordagem brasileira diante dos Estados Unidos.

Os primeiros anos e o abolicionismo

Joaquim Nabuco nasceu em Recife, Pernambuco, em 19 de agosto de 1849 (informações biográficas básicas de Joaquim Nabuco são bem conhecidas. É possível achar facilmente, por exemplo, em <http://www.academia.org.br/academicos/joaquim-nabuco>). Seus pais eram Ana Benigna Barreto Nabuco de Araújo e José Tomás Nabuco de Araújo. Três membros da linhagem paterna, seu tio-avô, seu avô e seu pai, foram senadores vitalícios do Império. Apesar de começar sua carreira no Partido Conservador, Nabuco de Araújo tornou-se um dos mais importantes líderes do Partido Liberal. Ele tornou-se o “estadista do Império”, como seu filho o chamava, um dos principais líderes liberais de todo o Segundo Reinado (Nabuco 1897).

Joaquim Nabuco passou os primeiros anos de sua vida longe de seus pais. Poucos meses antes de seu nascimento, seu pai fora eleito deputado e mudara-se com sua família para o Rio de Janeiro. Nabuco ficou sob os cuidados de sua avó, Ana Rosa Falcão de Carvalho, dona de sua ama de leite Massangana. Com a morte de sua avó, em 1857, ele se mudou para o Rio de Janeiro. Como quase toda a elite imperial brasileira, Nabuco estudou no Colégio Dom Pedro II e de lá entrou na Escola de Direito de São Paulo. Ele demonstrou pouco interesse nos estudos jurídicos, mas foi influenciado por seu professor José Bonifácio, o Jovem, a adotar o liberalismo progressista como uma ideologia política. De acordo com o costume da época, ele se transferiu no quarto ano para a Escola de Direito de Recife, a fim de ter a experiência do sul e do norte do país.

Nabuco estava ainda em seu último ano da Escola de Direito quando defendeu um escravo chamado Tomás, acusado de matar seu mestre. Em sua

defesa, Nabuco declarou que aquele escravo não havia cometido um crime: ele havia removido um obstáculo. A defesa foi bem-sucedida o suficiente para Tomás ter sua pena revertida da execução para trabalho forçado. O episódio deu grande fama a Nabuco. Embora ele estivesse formalmente pronto para seguir os passos de seu pai e para entrar na carreira parlamentar, essa passagem foi dificultada pelo domínio dos Conservadores em Pernambuco naquela época, e levou oito anos antes que ele fosse eleito deputado. Mas ele aproveitou bem esse tempo: no Brasil ele trabalhou como jornalista em diferentes jornais, publicou alguns textos e trabalhou como advogado com seu pai. Ele também fez uma viagem à Europa entre 1873 e 1874, quando conheceu alguns dos maiores intelectuais e políticos no continente e adquiriu uma das maiores paixões de sua vida pela cidade de Londres.

Nabuco foi nomeado Adido diplomático para Washington pela Princesa Isabel em abril de 1876. Durante 14 meses nos Estados Unidos ele passou pouco tempo em Washington. Em vez disso ele morava em Nova Iorque e viajava pelo país a maior parte do tempo. Ele sentiu-se tentado a seguir na carreira diplomática, entretanto, no começo de 1878 os Liberais retornaram ao poder. Nabuco de Araújo faleceu em março, mas não sem primeiro garantir o compromisso dos líderes do partido de incluírem seu filho na lista de candidatos. Nabuco foi eleito como último da lista, apesar de ser pouco conhecido na província.

Entre 1879 e 1881, os liberais tentaram passar algumas reformas, e gradualmente Nabuco adquiriu uma posição de destaque e o tema da escravidão ganhou força. Em 1880, ele ajudou a fundar a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, e logo se tornou um dos líderes mais proeminentes do movimento. Durante os feriados parlamentares, entre 1880 e 1881, ele viajou para a Europa em busca de apoio dos movimentos abolicionistas estrangeiros, culminando no encorajamento recebido da Sociedade Anti-Escravidão de Londres. A posição firme contra a escravidão pesou politicamente contra Nabuco. Sem apoio eleitoral em Pernambuco e antes de uma nova dissolução da Casa, ele não obteve novo mandato. Ele então voltou para Londres de 1882 a maio de 1884, onde ele era correspondente do *Jornal do Comércio* e consultor jurídico. Mais importante, todavia, foi que em Londres ele escreveu *O abolicionismo* (1883).

Apesar da resistência parlamentar, a ideia abolicionista ganhou espaço nos anos seguintes. Nabuco retornou ao Brasil em 1884 e foi candidato novamente em Recife. Sua campanha foi destacada pelo apelo à opinião pública, demonstrações de massa e conferências no Teatro Santa Isabel, coisas incomuns à época. Mesmo com suas típicas dificuldades do processo eleitoral do tempo, Nabuco conseguiu ser eleito. Ele encontrou, entretanto, um par-

lamento ainda resistente ao abolicionismo. Os anos seguintes apresentaram dificuldades, mas em 1888 Nabuco testemunhou a proclamação da Lei Áurea, colocando um fim à escravidão no Brasil.

O Autoexílio, a carreira como historiador e conversão ao Monroísmo

Ironicamente, a abolição acelerou a chegada da república no Brasil. Com a proclamação do novo regime, Nabuco se afastou da vida parlamentar. Ele se dedicou principalmente às ocupações de escritor e historiador. Amigo de Machado de Assis, ele ajudou a fundar a Academia Brasileira de Letras em 1897, onde ele fez o discurso inaugural e do qual ele era o secretário geral perpétuo. Nesta fase de afastamento da vida pública, ele ganhou a vida com dificuldade: praticou direito (em que ele não teve muito sucesso) e jornalismo (colaborou especialmente com *O Jornal do Brasil* em sua fase monarquista e com a *Revista Brasileira*). Ele também escreveu alguns livros excelentes e outras obras: *Porque continuo a ser monarquista* (1890), um panfleto em defesa do regime deposto; *Balmaceda* (1895), biografia do estadista chileno (na realidade, um exercício de política comparativa entre o Brasil e o Chile, no qual a posição monárquica do autor é percebida); *A intervenção estrangeira durante uma Revolta da Armada* (1896), um trabalho sobre a história diplomática; *Um estadista do Império* (lançado em 3 volumes entre 1897 e 1899), uma biografia de seu pai (na verdade, a história política do país); e, finalmente, *Minha formação* (1900), um livro de memórias que mais uma vez conta uma boa parte da história do império.

Embora Nabuco tenha inicialmente recusado aderir ao regime Republicano, ele gradualmente se afastou de monarquistas mais inflexíveis. Seu monarquismo tornou-se puramente intelectual e afetivo. Ele terminou seu luto pela monarquia em 1899 e aceitou o convite do Presidente Campos Sales para retornar a carreira diplomática. Ele tornou-se logo em seguida embaixador do Brasil em Londres, a posição diplomática de maior prestígio da época, e enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial na questão do Brasil com a Inglaterra, relativa aos limites da Guiana Inglesa. Nabuco esteve envolvido com a questão da Guiana até 1904. A defesa foi enviada ao Rei Vitor Emanuel III da Itália, arbitrador da questão, em 1903. A arbitragem foi publicada em junho de 1904. Apesar da defesa formulada por Nabuco, Vitor Emanuel III considerou insuficiente a evidência apresentada por ambos Brasil e Inglaterra. Ele dividiu o território quase na metade entre os dois litigantes usando apenas critérios geográficos, com alguma vantagem

para a Inglaterra. Ou seja, não foi uma completa derrota nem uma perda tão significativa para o Brasil, mas o resultado foi bem chocante para Nabuco. Em suas próprias palavras “em questões com a Inglaterra (...) um país fraco como o Brasil pode ser considerado um vencedor, quando ganha metade do que reivindica” (Pereira 2005, 11), e sobre Vitor Emanuel III, “se nós submetêssemos a Nossa soberania sobre dois terços do Brasil, ele diria que não temos tal direito” (Nabuco 1949, 169).

Além dos aspectos pessoais da derrota, Nabuco ficou alarmado com o fato que a arbitragem de Vitor Emanuel III era baseada nos princípios definidos para o Congo pela Conferência de Berlim de 1885, e não na primazia da descoberta e ocupação histórica invocada pelo Brasil. Segundo a doutrina utilizada, os únicos meios reconhecidos de adquirir e preservar soberania seriam pelo requerimento de total presença e posse e ocupação efetiva do território. De acordo com o próprio Nabuco, respeitando esse critério, dois terços do território brasileiro naquela época, especialmente a região amazônica, estariam em perigo (Ricupero 2005, 7).

A derrota na questão de limites com a Inglaterra marcou a volta definitiva de Nabuco para o Monroísmo. Naquele episódio, ficou claro para ele que o Brasil não tinha chance de competir com os europeus para manter seus territórios. É principalmente a partir disso que ele compreendeu que apenas os EUA e a Doutrina Monroe poderiam proteger o Brasil contra as pretensões imperialistas da Europa. De acordo com ele, “tal política era digna do melhor dos exércitos e da melhor das marinhas que pudessemos ter” (Ricupero 2005, 9). A partir disso, a doutrina Monroe deve ser aceita pelo Brasil “como a fórmula externa de independência do nosso continente, como o direito da nossa órbita internacional separada daquela do Mundo Velho” (Pereira 2005, 11). O Brasil era “um mundo sobre o qual a ganância das nações que anseiam por terras, das corridas que eles precisam para expandir” (Pereira 2005, 11), e a Doutrina Monroe, “uma defesa contra os estrangeiros *bona fide*, uma posse proibida” (Pereira 2005, 12). Em outras palavras, Nabuco acreditava que o Brasil deveria escolher “entre o Monroísmo e a colonização europeia” (Ricupero 2005, 6).

É importante localizar historicamente essa interpretação de Nabuco. O mundo vivia então a era do Imperialismo. Dentro desse contexto, é mais fácil de entender as palavras de Nabuco: “A minha impressão é que para todos os países da Europa e América os problemas externos tendem a cada vez mais se sobrepôr sobre os problemas internos e que estamos nos movendo para um tempo em que o destino de todos eles sem exceção terão de ser afetados pela solução que tem o conflito de influência e preponderância entre os grandes sistemas de força atual, tal qual a Tripla e a Dupla aliança, o Império Bri-

tânico, a Doutrina Monroe, etc.” (Carta a Campos Sales apud Nabuco 1949, 403).

Contra esse plano de fundo, mesmo antes de tornar-se embaixador, Nabuco já defendia que “nossa diplomacia precisa ser feita primariamente em Washington” (Ricupero 2005, 5). Em suma: a derrota no caso da Guiana foi um momento decisivo para Nabuco. Sua motivação era, acima de tudo, a segurança do território brasileiro, ameaçado, em sua opinião, por uma tendência legal europeia perigosa para o Brasil, exemplificada pela sentença errônea de Vitor Emanuel III, na arbitragem com a Grã-Bretanha (Ricupero 2005). Tendo isso em vista, a única maneira de assegurar dois terços do território brasileiro seria, para Nabuco, por meio da Doutrina Monroe. Em suas palavras: “eu não vejo nenhuma outra instituição na qual a conservação do nosso grande todo nacional dependa tanto” (Costa 1968, 48-49).

A mediação de Roosevelt em 1904-1905, que pôs um fim à guerra russa-japonesa, foi especialmente importante para Nabuco a fim de confirmar sua visão dos Estados Unidos (Nabuco 1911). Escrevendo a Roosevelt, ele disse: “eu peço à Sua Excelência para cordialmente aceitar a expressão da nossa gratificação e comum orgulho Americano pela nobre página que você escreveu na história da civilização. O mundo todo lerá como prefácio para uma nova era de paz (...). Nesse sentido, você criou para a presidência estadunidense uma função que ganhará a hegemonia moral do mundo, a única que pode ser aceita” (Telegrama de Nabuco a Theodore Roosevelt, 30 de agosto de 1905, apud Pereira 2005, 10).

Desse momento em diante, Nabuco confirmou a hipótese que havia formulado quando falhou no caso da Guiana: os EUA deveriam ser a opção preferencial da política externa brasileira. Ele era bem explícito nesse sentido: escrevendo ao seu amigo Gastão da Cunha, ele disse “eu sou monroísta” (Carta de Joaquim Nabuco a Gastão da Cunha, 14 de dezembro de 1905, apud Pereira 2005, 12) e, em outra ocasião, declarou que o Monroísmo conferia a “aliança moral” no continente (Nabuco 1911, 146-147). Ele “tinha orgulho de si mesmo que não havia ninguém no serviço diplomático que o ultrapassasse em Monroísmo ou em favorecer uma abordagem mais próxima do governo estadunidense” (Ricupero 2005, 2).

Embaixador em Washington

Alguns meses se passaram antes que o Nabuco tivesse a oportunidade de colocar sua teoria em prática. O Barão de Rio Branco o convidou para assumir a nova embaixada em Washington, em fevereiro de 1905. Os Estados Unidos

retornaram o gesto elevando a representação no Rio de Janeiro para embaixada também. Com esse gesto o Barão tinha o objetivo de mover o eixo diplomático do Brasil, de Londres para Washington. Nabuco não tinha conexões com a iniciativa de criar a embaixada, que se deve totalmente ao Barão, e mesmo expressou dúvidas sobre a conveniência ou oportunidade do gesto (Ricupero 2005, 3). Entretanto, o Barão estava certo de tomar essa iniciativa, e Nabuco foi beneficiado por ela. Do ponto de vista estadunidense, o ato expressou, através da linguagem simbólica do formalismo protocolar, que o Brasil se tornara para o governo dos Estados Unidos seu principal parceiro na América do Sul (Ricupero 2005, 3). Além do simbolismo, Nabuco teria uma vantagem protocolar que outros diplomatas não possuíam (Ricupero 2005, 3-4). Por fim, o Barão pretendia utilizar Nabuco para provocar respostas dos Monroístas americanos contra os ataques ao Brasil. Um dos casos mais emblemáticos nesse sentido foi o incidente do Panther, quando o Barão se correspondeu com Nabuco dizendo “Tente provocar artigos enérgicos dos Monroístas contra esse insulto” (Costa 1968, 232; Telegrama de Barão do Rio Branco a Joaquim Nabuco apud Ricupero 2005, 9).

Ao assumir a posição de embaixador brasileiro para os Estados Unidos, Nabuco começou a frequentar o círculo intelectual estadunidense. Entre outras atividades, ele assistia a palestras em universidades e palestrava sobre diversos assuntos, nos quais questões de política internacional e possíveis evidências de seu pensamento político internacional vieram à tona. Nas transcrições desses discursos é possível identificar algumas peculiaridades do seu Americanismo, como será visto em seguida neste artigo.

Em 1906, a política Americanista do Barão teve uma retribuição significativa: a III Conferência Pan-americana foi sediada no Rio de Janeiro. Nabuco veio ao Rio de Janeiro para presidi-la e em sua companhia trouxe o Secretário de Estado estadunidense Elihu Root. Ambos defendiam o Pan-americanismo, no sentido de uma abordagem continental mais ampla e efetiva. Outro sinal de que a política Americanista do Barão estava funcionando foi que em 1908 o ministro alemão no Brasil informou seus superiores que ele suspeitava que o Barão apresentaria sua demissão e seria substituído por Nabuco. Informando seus superiores em Berlim, o diplomata alemão disse que “dada a formação inglesa do senhor Nabuco, agora impregnada com Americanismo, isso não representaria um ganho à Alemanha de maneira nenhuma” (Corrêa 2009, 129).

A saúde de Nabuco começou a deteriorar pouco depois da sua viagem oficial para Havana para participar da restauração do governo nacional de Cuba em 1909. Ele morreu em Washington no dia 17 de janeiro de 1910. Seu corpo foi velado com solenidade excepcional, para o cemitério da capital

estadunidense, e depois foi transferido para o Brasil, no cruzador Carolina do Norte. Do Rio de Janeiro, ele foi transportado para Recife, sua cidade Natal.

O Americanismo de Joaquim Nabuco

O Continente Americano como uma zona de paz separada

Como já mencionado, o primeiro contato de Nabuco com os Estados Unidos foi como Adido para a Legação em 1876. Não foi uma boa primeira impressão. Os EUA naquela época viviam um momento tumultuado na sua política doméstica e Nabuco então realizou uma série de fortes críticas à política estadunidense (Pereira 2005, 9). Entretanto, com sua chegada à embaixada em 1905, ele revisou suas ideias sobre os EUA à medida que ele revia suas ideias sobre a Europa. Em 1898, ele declarou em uma entrevista ao jornal *Estado de São Paulo* que “somos hoje uma das muitas incógnitas de um vasto problema: o problema Americano. A Europa, a África e a Ásia formam um todo único político. Face a essa massa colossal, que deveria ser chamada europeia, qual seria o destino da América do Sul” (Entrevista a O Estado de São Paulo, 1898 apud Nabuco 1929, 403). Especificamente, ele tentou achar uma orientação que daria significado para sua posição de aproximação com os Estados Unidos, especialmente o papel dos EUA no mundo, com Roosevelt no comando da política externa.

Ao apresentar suas credenciais nos EUA, Nabuco já demonstrara uma característica essencial de seu pensamento de política externa: os EUA ao definir o continente americano como uma zona de paz, em contraste com a Europa, uma zona de guerra: “Todos os votos do Brasil são (...) para o aumento da imensa influência moral que os Estados Unidos exercem e é traduzida pela existência em um mundo pela primeira vez na história de uma vasta zona neutra de paz e livre de competição humana” (Discurso de apresentação de credenciais, 24 de maio de 1905, apud Ricupero 2005, 6). A mesma característica essencial seria enfatizada em outras ocasiões. Um exemplo: “A América, graças à Doutrina Monroe, é o Continente da Paz, e essa unidade colossal de construção de paz, fundamentalmente interessada em outras regiões da Terra – todo o Pacífico, para dizer o mínimo – formam um Hemisfério Neutro e contrabalançam o outro Hemisfério, que podemos muito bem chamar de Hemisfério Beligerante” (Nabuco 1911, 146-1470). E novamente: “A influência benévola dos Estados Unidos na história é comprovada pela existência, pela primeira vez, de uma grande zona Neutra, como é toda a América independente, inclinada à paz, ao lado de outra massa (Europa agora formada

por controle, alianças, etc., um todo com África e Ásia) inclinado à guerra, real ou eminente” (Carta de Joaquim Nabuco a Sr. Hay, 21 de junho de 1905, apud Pereira 2005, 13).

Como mencionado anteriormente, o Americanismo de Nabuco pode ser especialmente deduzido de palestras dadas por ele em universidades estadunidenses durante seu tempo como embaixador em Washington. Um exemplo do que está sendo dito é a palestra intitulada “O sentimento de nacionalidade na história do Brasil”, ministrada ao Clube Espanhol da Universidade de Yale, em 15 de maio de 1908. De acordo com Nabuco, o Brasil foi capaz de manter um vasto território graças a diversos fatores, entre eles a Doutrina Monroe (Nabuco 1911, 440). Segundo ele, a principal característica do nacionalismo brasileiro é o seu idealismo, e dentro desse idealismo, o Americanismo, a percepção de pertencimento a um grupo de países do mesmo continente, ligados por algo maior do que apenas geografia (Nabuco 1911, 441). Para ele, os países da América têm uma associação indissociável, a Doutrina Monroe sendo um exemplo disso (Nabuco 1911, 443).

Em outra palestra, intitulada “A parte da América na Civilização”, dada na Universidade de Wisconsin no dia 20 de junho de 1909, Nabuco identifica “manter a paz” como uma das principais contribuições dos Estados Unidos para a História da Civilização. Através da Doutrina Monroe, os EUA pressionaram a Europa por paz. Nas palavras de Nabuco “a América, graças à Doutrina Monroe, é o continente da Paz” (Nabuco 1911, 449). Além disso, sendo o continente da paz, a América estabelece uma balança com “o outro hemisfério, que podemos chamar beligerante” (Nabuco 1911, 450). Entretanto, Nabuco identifica a causa de guerras “nos obstáculos para o engrandecimento nacional”, algo que os Estados Unidos não haviam ainda experimentado (Nabuco 1911, 450). Os EUA prosperaram desimpedidos ao mesmo tempo em que “o progresso da civilização dependia de “substituir a guerra pelo Direito Internacional” (Nabuco 1911, 450). Assim, de acordo com Nabuco, o sentimento pacifista dos Estados Unidos seria posto à prova quando eles enfrentassem o primeiro sério obstáculo para o seu engrandecimento nacional. Apenas então os Estados Unidos passariam por sua profissão de fé em favor da paz (Nabuco 1911, 450). Segundo Nabuco, a grande profissão da paz estadunidense em favor da paz apoiaria o Pan-americanismo e fazia dele uma parte integral da política externa independente da Doutrina Monroe. Dessa maneira, não apenas estariam os Estados Unidos totalmente identificados com a paz, mas isso também conectaria o restante do continente com ele, trazendo a humanidade mais próxima do período em que se negaria a Guerra. Em suas palavras “para você e para nós, as palavras Paz e Pan-americanismo são conversíveis” (Nabuco 1911, 450).

Rubens Ricupero concorda que a principal característica do pensamento diplomático de Joaquim Nabuco era “a elaboração criativa do conceito de um sistema separado das Américas, distinto do europeu e reservado para ser um espaço de paz e colaboração, em contraste com a essência agressiva e beligerante do sistema europeu da época” (Ricupero 2005, 6). Similarmen-te, Clodoaldo Bueno interpreta Joaquim Nabuco como o brasileiro que mais influenciou o reconhecimento da América como um sistema continental dis-tinto com sua própria personalidade internacional (Bueno 2003, 166). Nesta interpretação, Nabuco era acompanhado pelo Barão: “A verdade é que haviam apenas grandes potências na Europa e hoje elas são as primeiras a reconhecer que há no Novo Mundo uma grande e poderosa nação para se contar (...). As definições da política externa estadunidense são feitas (...) inequivocamen-te, com franqueza arrogante, especialmente quando elas são apontadas para governos mais poderosos da Europa, e o que acontece é que eles não protes-tam ou reagem, mas por outro lado, recebem as intervenções estadunidenses” (Despacho de Barão do Rio Branco para Washington, 1905, apud Pereira 2005, 11). Entretanto, havia algo na interpretação de Nabuco que ultrapassava a teoria do chanceler: o Americanismo não como uma opinião entre outros, mas como a única opção para a política externa do Brasil: “Nossa aproximação com os Estados Unidos é uma política que dispõe (...) da maior das vantagens que qualquer política poderia ter – aquela de não ter alternativas, que não tem nada que pode ser dado no lugar dela, nada que pode substituí-la porque a política de isolamento não é uma alternativa e não seria suficiente para os problemas imensos que aguardam o futuro deste continente” (Nabuco 1911, 424).

A Conexão entre o Americanismo e o abolicionismo

Outra característica do Americanismo de Nabuco é a conexão entre a mesma e a causa da abolição da escravidão defendida previamente. De acordo com João Frank da Costa, “o trabalho de se aproximar dos Estados Unidos e a total concretização do continentalismo tinham (...), para Nabuco, a mesma importância que antes a questão capital da abolição” (apud Ricupero 2005, 2). Nas palavras do próprio Nabuco: “Eu considero o dia 24 de maio de 1905 [dia que ele pessoalmente entregou a Roosevelt suas credenciais de embaixador] tão importante para nossa ordem externa quanto o dia 13 de maio de 1888 [dia da assinatura da Lei Áurea] para nossa ordem interna” (apud Costa 1986, 76). E mais: “o destino quis este final de vida (...) para ser empenhado em uma causa, um serviço, que (...) preencheu o espaço vazio que aquela grande ideia

deixou em minha alma. Eu me refiro à aproximação entre as duas grandes Repúblicas do Norte e do Sul” (Nabuco em *Gazeta de Notícias*, 24 de julho de 1906, apud Ricupero 2005, 2). Em outras palavras, o desempenho de Nabuco em Washington não estava desatrelado de seu pensamento ou de seu papel anterior como um abolicionista. Seu papel como embaixador estava imbuído do mesmo liberalismo humanitário, ainda herdado da luta abolicionista e seus desdobramentos em problemas sociais (Pereira 2005, 9).

A Crença no progresso

Outra característica do pensamento internacional de Nabuco era sua crença no progresso. Ele acreditava que o sistema internacional estava sofrendo uma mudança: o centro do poder estava se movendo da Europa para a América, ou mais precisamente para os Estados Unidos. O Barão via o sistema internacional de maneira mais estática: a Europa ainda era uma ameaça, assim como os vizinhos sul-americanos. Os EUA e o Corolário Roosevelt eram uma compensação por essas e outras possíveis ameaças. Olhando para o sistema internacional, o Barão não via um cenário tão diferente daquele enfrentado pelos diplomatas brasileiros do século XIX. Nabuco, por outro lado, via a real revolução em desenvolvimento e lamentava que seu colega não o acompanhava com políticas correspondentes (Pereira 2005, 15).

Os EUA como um exemplo para o Brasil

Nabuco não via os EUA apenas como a opção de política externa preferencial. Para ele, os EUA eram também um exemplo, não apenas para o Brasil, mas para toda a América Latina: o contato com os Estados Unidos impregnaria, em diferentes medidas, o “otimismo, coragem e energia” estadunidense (Nabuco 1911, 143). Nabuco esperava a construção de uma nova identidade nacional brasileira com referência à civilização americana (Pereira 2005, 13). Os Estados Unidos então figuram também como um amigo ou modelo a ser seguido, representando a alternativa anti-imperialista (Cardim e Almino 2002, 424).

Na palestra “A abordagem das duas Américas”, dada na Universidade de Chicago no dia 28 de agosto de 1908, Nabuco apresenta seu americanismo ainda mais explicitamente. Ele utiliza um verbo, “americanizar” e define-o como uma infiltração do otimismo, autoconfiança e energia dos EUA em outros países do continente (Nabuco 1911, 464). De acordo com Nabuco, os

países da América Latina teriam muito a ganhar com o exemplo dos Estados Unidos. Os EUA em troca ganhariam a amizade dos latino americanos. A partir disso, Nabuco imagina uma América unida na mesma moral, o mesmo sistema político e o mesmo destino (Nabuco 1911, 467). De acordo com ele, em parte este sonho já havia sido realizado pelas conferências Pan-americanas. Mas ao lado delas, era necessário criar uma “opinião pública Pan-americana” (Nabuco 1911, 468). Ele cita exemplos da existência de uma “opinião pública mundial”, capaz de nivelar as sociedades a patamares internacionais. E se uma opinião pública mundial, distante e dispersa, tinha esse poder, uma “opinião Americana unida” poderia fazer muito mais (Nabuco 1911, 469).

Na mesma palestra, Nabuco também focou no que pode ser descrito como um aspecto positivo da Doutrina Monroe: em vez de apresentá-la somente negativamente como uma defesa do interesse estadunidense contra a Europa, ele a apresentava como um “instinto americano”, “uma instituição que este novo mundo nasceu com um destino unificado” (Nabuco 1911, 466). De acordo com Nabuco, as duas Américas, a Anglo-Saxônica e a Luso-Hispânica, estiveram afastadas por muito tempo. Do lado latino americano, a razão para o isolamento era o receio de ter um contato mais próximo com os Estados Unidos, “tendo em vista a grande diferença entre o poder desse país e aquele das outras repúblicas americanas” (Nabuco 1911, 463). “Por sua vez, os Estados Unidos, sendo um mundo em si mesmo, e um mundo que cresce mais e mais rapidamente, oposto a qualquer movimento, neste sentido a mais forte das resistências – a indiferença” (Nabuco 1911, 463-464). Segundo Nabuco, o Brasil, por sua vez, era um caso especial: sempre teve uma disposição favorável à aproximação com os Estados Unidos. De acordo com ele, o Brasil nunca teve motivos para se desviar do espírito das suas propostas, nem experimentou algum desapontamento em relação aos EUA. Assim, “não fazia sentido para o Brasil que outros países tivessem motivos para não adotar a rota seguida por nós desde a independência” (Nabuco 1911, 464), especialmente porque ele acreditava que os Estados Unidos, com sua alta civilização, não poderiam ferir outra nação (Nabuco 1911, 464). Em conclusão, Nabuco expressa seu desejo de ver uma América que tolera a diversidade, e também para “ver todos os Estados das duas Américas se conhecerem, amarem uns aos outros e comungarem como membros de uma única família entre as nações” (Nabuco 1911, 470).

Nabuco e o Partido Liberal Brasileiro

Nabuco não estava isolado em suas opiniões: ele era o representante de um grupo de brasileiros que acreditava que os Estados Unidos eram o

grande parceiro brasileiro do momento, um grupo que incluía (com mais ou menos otimismo) indivíduos como Machado de Assis, Euclides da Cunha, Oliveira Lima, Domício da Gama, Silvio Romero, José Veríssimo, Salvador de Mendonça, Graça Aranha e Rui Barbosa (Pereira 2005, 1-2). Mas não era só isso. Esses indivíduos, e principalmente Nabuco, apenas culminaram uma tendência que já vinha da monarquia. Desde antes da independência, o Brasil tinha indivíduos que viam os EUA ao mesmo tempo como um exemplo e como um ideal de parceiro internacional. O próprio Nabuco menciona Aureliano Candido Tavares Bastos, um importante deputado brasileiro nos anos 1860, como um dos “precursores, preparadores do caminho, semeador de ideias” (Nabuco 1897, Livro 3, 238).

A maior parte da tendência Americanista dos políticos brasileiros é em geral confundida com o Partido Liberal (Vianna 1991), do qual Nabuco era membro, seguindo os passos de seu pai. O partido tinha uma característica reformista, e defendia uma monarquia federativa, mais descentralizada que o considerado ideal pelo Partido Conservador. Entretanto, quando a república foi proclamada, Nabuco foi crítico do novo regime (Nabuco 1999). Ele era um reformista, mas também um monarquista: ele oscilava entre reformismo e conservadorismo, liberdade e ordem, nação e cidadania (Salles 2002, 27-28). Eventualmente, Nabuco fez as pazes com o novo regime, mas principalmente ele temeu que o mesmo privaria o país das liberdades alcançadas nos últimos anos de monarquia.

Os membros do Partido Liberal eram apelidados de “luzias” pelos oponentes conservadores em alusão à Santa Luzia, uma cidade no estado de Minas Gerais. Lá, em 1842, os Liberais organizaram um movimento de resistência contra os Conservadores, que haviam conquistado o poder no país. Os Liberais foram derrotados pelas forças militares enviadas pelos Conservadores, e eles acabaram com esse apelido. Ironicamente, Luzia vem do verbo *luzir*, produzir luz. Nabuco esperava que os EUA pudessem ser a luz para o continente americano e que o continente americano pudesse ser a luz para o mundo nas relações internacionais.

Momentos de ceticismo

A despeito de todo o otimismo, o Americanismo de Joaquim Nabuco não era idealista, utópico ou ingênuo. Os vícios da sociedade e da política externa estadunidense não estavam escondidos dele. A respeito da política externa, João Frank da Costa observa que “Nabuco não aprovava a política estadunidense de intervir na América Central [mas não pensava que aquele

fato] preveniria (...) o fortalecimento de relações entre o Brasil e os Estados Unidos”. Em uma carta para o Barão, o próprio Nabuco disse: “Note que eu não sigo as ideias do Senhor Roosevelt de ocupação (...) de países da América do Sul. Meu Monroísmo é mais amplo e não me vincula a tais recursos como ele imagina de ‘justificar’ (...) a Doutrina Monroe (sic) perante a Europa” “ (Costa 1968, 203).

Sobre a sociedade estadunidense, Nabuco escreveu criticamente em seu diário em 6 de agosto de 1909: “O maior jogo nacional aqui é amontoar dólares (para homens) e gastá-los (para mulheres). Amontoamento de dólar e esbanjamento de dólar, eu os chamo. Após isso, bater nos negros. Ontem mesmo um ministro branco escapou de ser atacado por uma multidão por ter apertado a mão de um colega negro. Um senador, que bateu em um funcionário de cor, falou ao juiz: ‘Eu não bati em um homem, mas em um negro (sic)’. Eles designam mulheres de cor em um documento de justiça: ‘Uma fêmea de gene africano (sic)’” (Diários, volume 2, 460, apud Ricupero 2005, 10). Nabuco ficava tão chocado que chegou à conclusão que os EUA iriam eventualmente exilar todos os negros do país (Ricupero 2005, 12).

Entretanto, como Rubens Ricupero observa, lucidez e condenação moral em tais comentários coexistem com profundo realismo. Isso pode ser visto nos comentários de Nabuco sobre a reação antiestadunidense despertada pela Conferência de Haia: “Derrotar os Estados Unidos é uma glória boba para qualquer nação. Deus, deixe haver prudência em nossa imprensa, clarividência entre nossos homens públicos. Há muito que nos irrita, danifica e incomoda do lado dos Estados Unidos, mas temos de entender que nossa única política externa é ganhar a sua amizade. Não há nenhum outro país que é mais perigoso provocar, mesmo aquelas da imprensa” (Diários, volume 2, 409, anotação de 4 de setembro de 1907, Ricupero 2005, 12-13). Ainda sobre Haia e o sentimento antiestadunidense lá despertado, Nabuco escreveu em seu diário: “Alguém não fica maior por pular. O único jeito de parecer maior é de fato o sendo. O Japão não precisa pedir que o reconheçam como grande potência, uma vez que já se provou ser” (Diários, anotação de 25 de agosto de 1907, apud Ricupero 2005, 8). Essa nota também serve para demonstrar que a política externa de Nabuco era executável porque coincidia com o interesse a posição notória dos Estados Unidos. Não era dirigida a objetivos utópicos (ou irrealistas), como obter para o Brasil o reconhecimento de *status* de poder acima de suas reais possibilidades. Era um programa estritamente defensivo e moderado (Ricupero 2005, 7-8).

As críticas de Oliveira Lima e as diferenças com o Barão

Enquanto o Barão e Nabuco trabalhavam para a aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos, fazendo uma leitura positiva do Corolário Roosevelt para a Doutrina Monroe, a oposição começou a surgir. Oliveira Lima é um importante exemplo dessa contraposição para o Barão e especialmente para Joaquim Nabuco (Lima 1907, 11). Colocando em linhas gerais, Oliveira Lima via os EUA e especialmente Theodore Roosevelt com cautela. Ele acreditava que em vez de um alinhamento com os EUA, o Brasil deveria buscar laços mais próximos com os países latino americanos, precisamente para contrabalançar a influência estadunidense no continente (Lima 1907, 10). Oliveira Lima abertamente criticava Joaquim Nabuco por interpretar a política externa estadunidense por outro meio, aproximando o Brasil dos EUA, uma posição que contrastava com as “repúblicas hispânicas da América do Sul” (nominalmente Chile e Argentina), que adotaram uma posição mais cautelosa em relação aos estadunidenses (Lima 1907, 41-42). De acordo com Oliveira Lima, Nabuco em Washington tinha se tornado “muito estadunidense, assim como em Londres ele era muito britânico, na Itália muito romano e na França ele seria muito francês” (Lima 1937, 212).

Outro oponente de Nabuco era o próprio Barão. Nabuco não via seu papel na embaixada como um projeto de Rio Branco. Em suas palavras, ele se via “chamado para criar seu papel” (Carta de Joaquim Nabuco a Graça Aranha, 2 de fevereiro de 1905, apud Nabuco 1949, volume 2, 207). Nas palavras de Luís Viana Filho, o embaixador pretendia “jogar seu próprio jogo” (Viana Filho 1952, 299). Em 1906, quando Rio Branco foi convidado para pelo novo presidente Afonso Pena para continuar como ministro, Nabuco escreveu o parabenizando, mas também buscando garantir sua autonomia: “Vejo que você será o ministro. Para o país que eu estimo, para você ser uma força a seu serviço (...) para mim na parte que é direcionada a mim, eu me parabenizo, para você não vai me descreditar e me dará liberdade de ação, sem a qual eu não posso fazer nada pela amizade estadunidense” (Carta de Joaquim Nabuco a Rio Branco, 10 de dezembro de 1906, apud Pereira 2005, 7).

Nabuco estava de fato preocupado com a autonomia que ele recebera do Barão. Escrevendo ao seu amigo Graça Aranha, ele disse, “Rio Branco não me escreve ou me conta nada, assim não posso conjecturar nada sobre seus planos e pensamentos” (Carta de Joaquim Nabuco a Graça Aranha, 21 de junho de 1905, apud Nabuco, 1949, volume 2, 219, apud Pereira 2005, 8). Para ter certeza, todo o tempo que ele estava na embaixada, Nabuco reclamou da falta de comunicação do Barão (Cartas de Joaquim Nabuco a Graça Aranha de 21 de junho de 1905, 2 de fevereiro de 1906 e 12 de novembro de 1908 e Carta de Joaquim Nabuco a Cardoso de Oliveira, 22 de outubro de 1909, apud Pereira 2005, 8), mesmo desejando a aposentadoria em função disso (Carta

confidencial de Joaquim Nabuco a Hilário de Gouvêa, da Embaixada brasileira em Washington, de 19 de janeiro de 1909, apud Nabuco 1949, 329-330). Paradoxalmente sua falta de instruções apenas reforçava o caráter autônomo que Nabuco entendia dever ter sua missão e acentuava as diferenças entre o embaixador e o chanceler. Além disso, o perfil “publicitário” de Nabuco eventualmente transformou suas iniciativas individuais em políticas oficiais. Ele deu um tom mais drástico às ideias de Rio Branco a respeito da relação com os Estados Unidos, encorajando o que ele chamava de uma “quase aliança” ou, no mínimo, buscando que o sistema internacional percebesse o relacionamento dos dois países como tal (Pereira 2005, 8).

Uma diferença entre o embaixador e o ministro pode ser observada em uma carta de Nabuco ao Presidente Rodrigues Alves. Nela ele afirmou que seria essencial alcançar uma proximidade forte e *exclusiva* [minha ênfase] dos Estados Unidos a fim de garantir segurança e estabilidade para o Brasil (Carta de Joaquim Nabuco a Rodrigues Alves, 16 de julho de 1908, apud Pereira 2005, 13). Essa exclusividade seria favorecida por fatores históricos, uma vez que o Brasil demonstrou em diversas ocasiões uma identificação com o ideal da solidariedade americana (Nabuco 1911, 133). De acordo com ele, “a aproximação entre os dois países [é] a nossa *única* política externa *possível*. Vale mais para mim do que qualquer couraçado que possamos construir (...). Sem isso, nosso isolamento seria para nada” (Carta reservada de Joaquim Nabuco a Ilanir da Silveira, 31 de outubro de 1908 – ênfase no original –, apud Pereira 2005, 14). No mesmo sentido, escrevendo para seu amigo Hilário de Gouvêa, Nabuco apontava as diferenças com o Barão: “Ele confia na Alemanha, na França, na Inglaterra, no Chile, na Argentina, eu não sei em quem mais, e eu apenas confio nos Estados Unidos” (Carta confidencial de Joaquim Nabuco a Hilário de Gouvêa, da Embaixada brasileira em Washington, de 19 de janeiro de 1909, apud Nabuco 1949, 329-330).

A diferença no Americanismo do Barão e de Nabuco (prioridade em um caso, exclusividade no outro) estava presente principalmente quando o Barão se inclinou ao pacto com a Argentina e o Chile, o Pacto ABC, um projeto a ser perseguido em paralelo com a abordagem com os EUA. De acordo com o Barão, não havia motivo “para as três maiores nações da América do Sul – Brasil, Chile e Argentina – [se importarem] com a linguagem do Presidente Roosevelt (...) ninguém pode dizer com justiça que eles estão entre as nações desordeiras e turbulentas que não sabem como fazer bom uso de sua independência” (Barão do Rio Branco a Gomes Ferreira, despacho reservado para Washington, 31 de janeiro de 1905, apud Pereira 2005, 5). Ou seja, o Barão entendia que Argentina, Chile e Brasil formavam um grupo especial na América do Sul, com uma relação diferenciada com os Estados Unidos.

Nabuco não necessariamente discordava disso, mas veementemente se opunha à aliança proposta pelo chanceler. Diferente do Barão, ele não confiava nos países sul-americanos e queria exclusividade com os EUA: “Nosso amigo [o Barão] pensou em substituir a América do Norte como o eixo da nossa política externa com o eixo Argentina-Chile, e eu tenho de pedir ao presidente para me destituir de minha posição nesse caso, para frustrar logo no início essa política infeliz do ABC” (Carta confidencial de Joaquim Nabuco a Hilário de Gouvêa, da Embaixada brasileira em Washington, de 19 de janeiro de 1909, apud Nabuco 1949, 329-330).

Outra diferença entre Nabuco e Rio Branco foi a duração do Americanismo: enquanto o Barão deu sinais de adotar o Americanismo de uma maneira contingente e temporária, o embaixador em Washington indicava um projeto muito mais longo. A entente entre os dois países (como Nabuco a chamava) poderia apenas ser criada “aqui e ali, sendo preparado com antecedência por esforços como os meus” (Carta reservada de Joaquim Nabuco a Ilanir da Silveira, 31 de outubro de 1908, apud Pereira 2005, 14). Nabuco receava que com o tempo o Monroísmo poderia perder sua força, e “neste dia pobre de nós, se nossa amizade não estiver bem cimentada” (Carta confidencial de Joaquim Nabuco a Barbosa Lima, 7 de julho de 1907, apud Pereira 2005, 14, apud Nabuco 1949, 277). Era necessário capturá-lo enquanto a política externa estadunidense era conduzida por Theodore Roosevelt e Elihu Root, indivíduos que eram a favor de uma aproximação com o Brasil (Carta confidencial de Joaquim Nabuco a Hilário de Gouvêa, da Embaixada brasileira em Washington, de 19 de janeiro de 1909, apud Nabuco 1949, 329-330). Especificamente, Nabuco temia que o Barão se satisfizesse com uma abordagem muito mais modesta com os Estados Unidos. Nesse sentido, o embaixador reclamou ao seu amigo e confidente Graça Aranha que o Barão demonstrou “ignorar a marcha do mundo e não ter o instinto da nossa própria conservação” (Carta de Joaquim Nabuco a Graça Aranha, 28 de setembro de 1908, apud Nabuco 1949, 315).

Embora o Americanismo de Nabuco não fosse exatamente o mesmo do Barão, ambos concordavam em críticas a certos aspectos da política externa de Roosevelt. Respondendo a Rio Branco em uma carta já citada aqui, Nabuco disse: “Note que eu não sigo as ideias do Senhor Roosevelt de ocupação estadunidense, ou de outra forma, de costumes, etc., de países da América do Sul. Meu Monroísmo é mais amplo e não me vincula a tais recursos” (Carta de Joaquim Nabuco a Rio Branco, 19 de dezembro de 1905, apud Pereira 2005, 15, apud Nabuco 1949, volume 2, 238). Em resumo, se havia diferenças de opiniões entre os dois, havia também importantes similaridades a respeito das relações internacionais. De acordo com Rubens Ricupero “o embaixador

em Washington em particular sempre foi [mais] capaz de teorizar e conceituar do que o chanceler” (Ricupero 2005, 5). Citando o mesmo autor, “a personalidade de Nabuco era certamente mais atraída a ideias gerais, mais fortemente imbuída de poesia e sentimento religioso que aquela do Barão, e sua natureza generosa e romântica transbordava com eventuais excessos de importância ou confiança” (Ricupero 2005, 12). Seja como for, os “excessos” do Americanismo de Nabuco eram amplamente contidos por Rio Branco (Pereira 2005, 17), e apesar de ocasionais diferenças, os dois estavam em harmonia em pontos fundamentais e até utilizavam as mesmas palavras para expressar sua convergência (Ricupero 2005, 13).

Conclusão

Após uma vida bem-sucedida como abolicionista e intelectual, Joaquim Nabuco foi convocado pelo Barão de Rio Branco para ser o primeiro embaixador do Brasil em Washington. Seguindo caminhos independentes, os dois chegaram a uma conclusão similar: o imperialismo europeu era uma ameaça ao Brasil, e a melhor defesa era a amizade com os Estados Unidos. Mas o embaixador não era meramente um seguidor das ordens do chanceler: Nabuco tinha suas próprias convicções sobre como a política Americanista brasileira deveria ser implementada. E é nisso que as diferenças entre Nabuco e o Barão podem ser observadas: eles concordavam em algo essencial, mas discordavam em pontos que não eram acidentais.

Além de ver os EUA como uma proteção contra o imperialismo europeu, Nabuco acreditava que, apoiando a liderança estadunidense no continente, o Brasil ajudaria a transformar a América em um continente de paz, em contraste com a beligerância interna da Europa. Em outras palavras, Nabuco acreditava na possibilidade de criar um tipo totalmente novo de relações internacionais. Essa perspectiva não estava separada de seu passado como abolicionista, intelectual e membro do Partido Liberal. Nabuco acreditava em grandes ideias, e especialmente acreditava no progresso: ao levar ideais à realidade seria possível construir um futuro diferente do passado. Nesse sentido, ele via os EUA como uma luz, um farol guiando o continente. O Brasil deveria não apenas buscar aproximação diplomática com os Estados Unidos, mas também seguir seu exemplo em transformações internas.

O Barão deu sinais de adotar o Americanismo por um período de tempo mais curto, mais circunstancial. Nabuco deu indícios de buscar um projeto de longo prazo, querendo mudar as circunstâncias. Embora o Barão e Nabuco não fossem diametralmente opostos, suas diferenças não devem ser

ignoradas. Eles estavam engajados em um debate de pensamento político: o Barão era conservador, cético sobre mudanças substanciais. Nabuco era liberal, buscando transformar a realidade através de seus ideais.

REFERÊNCIAS

- Bueno, Clodoaldo. 2003. *Política Externa da Primeira República*. São Paulo: Paz e Terra.
- Cardim, Carlos Henrique, and João Almino. 2002. *Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC.
- Corrêa, Luiz Felipe de Seixas. 2009. *O Barão do Rio Branco: missão em Berlim, 1901/1902*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- Costa, João Frank da. 1968. *Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.
- Lima, Oliveira Manuel de. 1907. *Pan-Americanismo: Monroe, Bolívar, Roosevelt*. Rio de Janeiro: Garnier.
- . 1937. *Memórias (estas minhas reminiscências...)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1937.
- Nabuco, Carolina. 1929. *A Vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Nabuco, Joaquim. 1897. *Um estadista do Império: Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época, por seu filho Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: H. Garnier.
- . 1911. *Discursos e conferências nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Benjamin Aguila.
- . 1949. *Cartas a amigos. Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco. Volume 2*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial.
- . 1999. “Por que continuo a ser monarquista”. In *A Abolição e a República*. Recife: UFPE.
- Pereira, Paulo José dos Reis. 2005. “A Política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910)”. *Rev. bras. polít. int.* 48 (2): 111-128.
- Ricupero, Rubens. 2005. *Joaquim Nabuco e a nova diplomacia*. Lecture held at the opening of the Conference “Joaquim Nabuco, Embaixador do Brasil”, Recife, August 19.
- Salles, Ricardo. 2002. *Joaquim Nabuco: um pensador do Império*. Rio de Janeiro: TOPBOOKS.

Vianna, Luis Werneck. 1991. "Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Viana com Tavares Bastos". In *Dados Revista de Ciências Sociais* 34 (3): 145-189.

RESUMO

Ao longo do século XIX, Brasil e Estados Unidos tiveram relações bilaterais pouco intensas. Esse cenário mudou quando Barão do Rio Branco decidiu que seu país deveria privilegiar as relações com os Estados Unidos. Como parte de seu plano, o Barão nomeou Joaquim Nabuco como o primeiro embaixador do Brasil em Washington. No entanto, Nabuco tinha um americanismo distinto daquele do Barão. Ele acreditava na possibilidade de transformar o continente americano em uma zona de paz. Esse americanismo estava ligado à visão de mundo liberal de Nabuco, já evidente em sua luta contra a escravidão e em sua trajetória intelectual pré-diplomática.

PALAVRAS-CHAVE

Joaquim Nabuco; Relações Brasil-Estados Unidos; Pensamento Político Brasileiro.

Recebido em 13 de março de 2017.

Aprovado em 13 de julho de 2017.

Traduzido por Joana Soares Cordeiro Lopes